JORNAL DA
AdUFRJ

Nº 1082 • 2 de maio de 2019 • www.adufrj.org.br • TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj



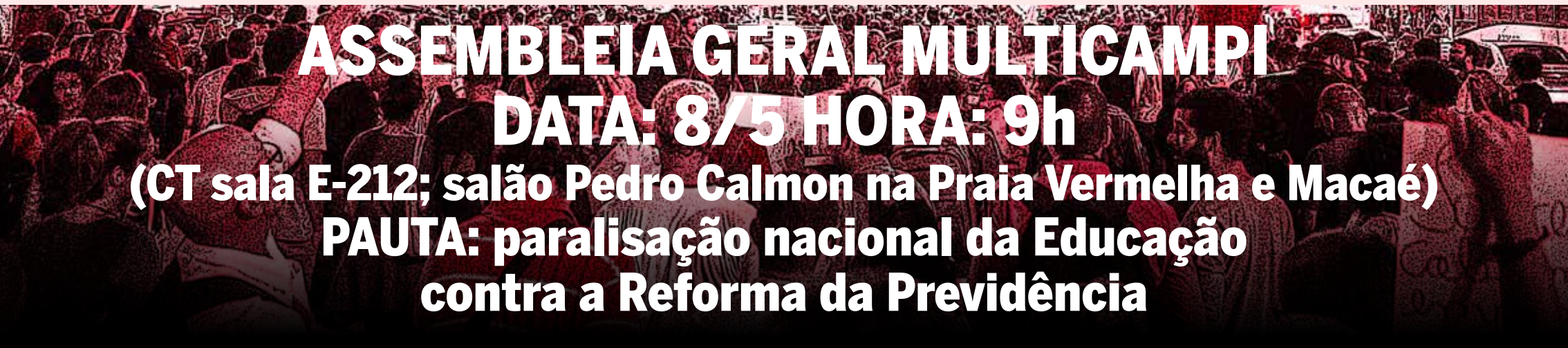
Primeira reitora
Em clima de unidade, Colégio Eleitoral elegeu Denise Pires e Carlos Frederico para dirigir a UFRJ
Página 3

URGENTE: PROFESSORES PODEM PERDER 26,05%
Página 2

BOLSONARO AMEAÇA FECHAR CURSOS DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS. MEC CORTA RECURSOS DE UNIVERSIDADES E DIZ QUE NÃO VAI TOLERAR BALBÚRDIA NOS CAMPI. MINISTRO SEGURA NOMEAÇÕES DE REITORES E AFIRMA QUE NÃO QUER ESQUERDISTAS NAS REITORIAS. BOLSONARO AMEAÇA FECHAR CURSOS DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS.

CRUZADA CONTRA UNIVERSIDADES

MEC CORTA RECURSOS DE UNIVERSIDADES E DIZ QUE NÃO VAI TOLERAR BALBÚRDIA NOS CAMPI. MINISTRO SEGURA NOMEAÇÕES DE REITORES E AFIRMA QUE NÃO QUER ESQUERDISTAS NAS REITORIAS. BOLSONARO AMEAÇA FECHAR CURSOS DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS. MEC CORTA RECURSOS DE UNIVERSIDADES E DIZ QUE NÃO VAI TOLERAR BALBÚRDIA NOS CAMPI. MINISTRO SEGURA NOMEAÇÕES DE REITORES E AFIRMA QUE NÃO QUER ESQUERDISTAS NAS REITORIAS. BOLSONARO AMEAÇA FECHAR CURSOS DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS. MEC CORTA RECURSOS DE UNIVERSIDADES E DIZ QUE NÃO VAI TOLERAR BALBÚRDIA NOS CAMPI. MINISTRO SEGURA NOMEAÇÕES DE REITORES E AFIRMA QUE NÃO QUER ESQUERDISTAS NAS REITORIAS. BOLSONARO AMEAÇA FECHAR CURSOS DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS. MEC CORTA RECURSOS DE UNIVERSIDADES E DIZ QUE NÃO VAI TOLERAR BALBÚRDIA NOS CAMPI. MINISTRO SEGURA NOMEAÇÕES DE REITORES E AFIRMA QUE NÃO QUER ESQUERDISTAS NAS REITORIAS. **PÁGINAS 4 E 5**



ASSEMBLEIA GERAL MULTICAMPI
DATA: 8/5 HORA: 9h
(CT sala E-212; salão Pedro Calmon na Praia Vermelha e Macaé)
PAUTA: paralisação nacional da Educação contra a Reforma da Previdência

Docentes podem ficar sem 26,05% a partir de junho

>Decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF, extinguiu o pagamento da recomposição de perda salarial referente ao Plano Verão, de 1989. AdUFRJ vai recorrer ao STF porque ação já foi transitada e julgada

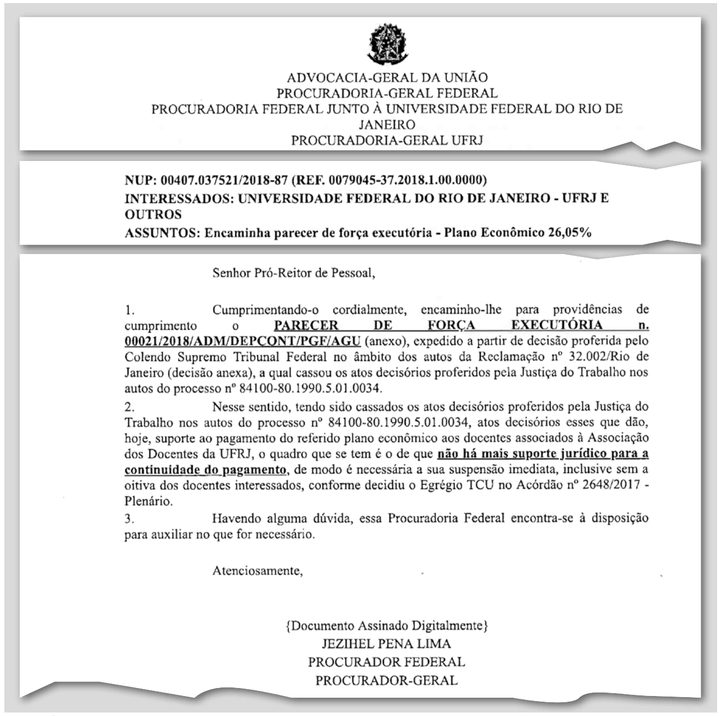
ANA PAULA GRABOIS
anapaula@adufrj.org.br

Os professores estão sob o risco de perder – a partir do salário pago em junho – os 26,05% referentes ao Plano Verão, de 1989. O percentual, fruto de uma ação movida pela AdUFRJ, era recebido pelos docentes que ingressaram na UFRJ até 2006. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes decidiu o fim do pagamento. Na segunda semana de abril, a reitoria recebeu a comunicação da AGU sobre a medida.

A seção sindical vai recorrer da decisão. Em ofício encaminhado à reitoria no dia 12 deste mês, a Procuradoria-Geral da UFRJ, ligada à Advocacia-Geral da União, encaminhou parecer pela extinção do pagamento, baseado na decisão de Moraes. Os efeitos da decisão do STF não se aplicam aos salários de abril, pagos no início de maio. Quando o documento chegou à administração central, a folha já havia sido fechada.

O ministro Moraes argumenta que a Justiça do Trabalho – na qual o caso foi deliberado – não tem competência para decidir assuntos que envolvam o Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores públicos federais. A assessoria jurídica da AdUFRJ discorda, pois quando a associação entrou com a ação, o RJU ainda não existia. A legislação só entrou em vigor em dezembro de 1990.

A assessora jurídica da AdUFRJ Ana Luisa Palmisciano reforça que uma decisão de 2011 da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho foi favorável à competência da Justiça do Trabalho sobre o caso.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL UFRJ

NUP: 00407.037521/2018-87 (REF. 0079045-37.2018.1.00.0000)
INTERESSADOS: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ E OUTROS
ASSUNTOS: Encaminha parecer de força executória - Plano Econômico 26,05%

Senhor Pró-Reitor de Pessoal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, encaminho-lhe para providências de cumprimento o **PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA n. 00021/2018/ADM/DEPCONT/PGF/AGU** (anexo), expedido a partir de decisão proferida pelo Colendo Supremo Tribunal Federal no âmbito dos autos da Reclamação nº 32.002/Rio de Janeiro (decisão anexa), a qual cassou os atos decisórios proferidos pela Justiça do Trabalho nos autos do processo nº 84100-80.1990.5.01.0034.

2. Nesse sentido, tendo sido cassados os atos decisórios proferidos pela Justiça do Trabalho nos autos do processo nº 84100-80.1990.5.01.0034, atos decisórios esses que dão, hoje, suporte ao pagamento do referido plano econômico aos docentes associados à Associação dos Docentes da UFRJ, o quadro que se tem é o de que **não há mais suporte jurídico para a continuidade do pagamento**, de modo é necessária a sua suspensão imediata, inclusive sem a oitiva dos docentes interessados, conforme decidiu o Egrégio TCU no Acórdão nº 2648/2017 - Plenário.

3. Havendo alguma dúvida, essa Procuradoria Federal encontra-se à disposição para auxiliar no que for necessário.

Atenciosamente,

{Documento Assinado Digitalmente}
JEZIHEL PENA LIMA
PROCURADOR FEDERAL
PROCURADOR-GERAL

FAC-SÍMILE do documento da Procuradoria da UFRJ que exige da reitoria o fim do pagamento dos 26,05%

Ela também destaca que o STF, em nenhum momento, concedeu à AdUFRJ a oportunidade de se manifestar. "A AdUFRJ não foi notificada para apresentar sua defesa neste procedimento e só foi informada da decisão pela reitoria na quarta-feira passada. Foi retirado da AdUFRJ o direito de defesa, um direito básico", afirmou.

A seção sindical ainda questionou a reitoria da UFRJ se o parecer da AGU implica em corte imediato. Segundo a assessora jurídica da AdUFRJ, a decisão se baseou na questão da competência, embora isso não tenha ficado explícito. E, uma vez que o direito de receber os 26,05% e a questão da competência já foram decididos em processos transitados e julgados, o STF não poderia mudar o resultado de ações já encerradas, disse Ana Luisa, que se reuniu dia 26 com a reitoria.

"Vamos ainda levar ao Consuni o pedido de que nenhum corte seja realizado enquanto o STF não ouvir a AdUFRJ, pois a decisão do ministro Alexandre de Moraes não ouviu a AdUFRJ. Como pode o STF passar por cima de uma ação transitada e julgada e exigir a execução imediata?", questionou o diretor da AdUFRJ Eduardo Raupp.

Em 8 de maio, a AdUFRJ realiza assembleia na qual a assessoria jurídica vai prestar esclarecimentos sobre o assunto.

DISPUTA ANTIGA

O Plano Verão, editado em 1989, congelou os preços e salários e extinguiu o reajuste baseado na variação da unidade de referência de preços (URP), utilizada na época. A consequência foi a perda dos 26,05% dos salários. Diversos sindicatos entraram com ações na Justiça para recuperar o valor.

Em 1993, a AdUFRJ obteve decisão favorável ao pagamento do percentual no Tribunal Regional do Trabalho. Em 2006, o valor correspondente aos 26,05% foi congelado e novos docentes e técnicos ficaram impedidos de receber o ganho.

Em 2017, o Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu o pagamento a todos os professores. No entendimento do tribunal, as perdas com o plano econômico já haviam sido compensadas através de recomposições salariais e não deveriam mais ser pagas.

No entanto, os associados da AdUFRJ mantiveram o recebimento dos 26,05% a partir da decisão da Justiça do Trabalho, cujo processo já foi transitado e julgado. Na época, o TCU pediu à AGU que tomasse providências. A Advocacia-Geral da União entrou com a reclamação no STF, julgada pelo ministro Alexandre de Moraes.

ADUNB TAMBÉM SOFRE AÇÃO CONTRA PERCENTUAL

Cerca de 2,8 mil professores em atividade e aposentados da Universidade Nacional de Brasília (UnB) também estão sob risco de perda dos 26,05% dos salários relativos à recomposição de perdas do mesmo plano econômico.

Em fevereiro, a associação dos docentes local (AdUNB) foi surpreendida com uma notificação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) exigindo que a UnB suspendesse o pagamento do percentual.

Em março, a AdUNB entrou com um embargo declaratório no tribunal. O argumento é que o STF já havia determinado o pagamento a partir de decisão de 2006 da ministra Cármen Lúcia. Nesta ação impetrada pela Advocacia-geral da União (AGU) no TRF-1, a AdUNB perdeu em duas instâncias, o que levou à exigência do fim do pagamento em fevereiro.

"O nosso entendimento é que o TRF está abaixo do STF", disse o presidente da AdUNB, Luis Antonio Pasquetti.

A associação entrou em março com uma petição junto à reitoria da UnB para que, através da Procuradoria da UnB, a AGU esclareça qual decisão seguir, a do TRF-1 ou a do STF.

Até o momento, nem o TRF-1 nem a AGU deram resposta e o pagamento dos 26,05% está sendo realizado. Pasquetti afirmou que se reuniu com a bancada parlamentar do Distrito Federal no Congresso em busca de apoio. "Um corte desse tamanho vai significar um impacto muito forte na economia local", disse. Projeções de economistas da UnB calculam que a economia do Plano Piloto de Brasília perderia algo em torno de 3% com a suspensão do pagamento, levando em conta as famílias dos professores, seus agregados e os serviços e produtos movimentados pela remuneração dos docentes.

BETO MONTEIRO / UNB



ESTRATÉGIA Adunb busca apoio de parlamentares contra corte

FERNANDO SOUZA



UNANIMIDADE Em defesa da autonomia universitária, professores, técnicos e estudantes que fazem parte do Colégio Eleitoral erguem as mãos para aprovar a ata da sessão

Unidade marca Colégio Eleitoral

> Denise Pires de Carvalho e Carlos Frederico Leão Rocha foram eleitos reitora e vice-reitor com 91% dos votos. Lista tríplice foi enviada ao MEC na tarde de terça, 30. É a primeira vez que a UFRJ elege uma mulher

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

"Todas as nossas divergências são muito pequenas perto do que nos une, que é a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Um futuro melhor para a UFRJ é um futuro melhor para a sociedade brasileira". Com estas palavras, a professora Denise Pires de Carvalho, do Instituto de Biofísica, saudou o Colégio Eleitoral que a escolheu como reitora da instituição, dia 30. "A universidade continuará pública, gratuita e de qualidade e vamos trabalhar para que se torne ainda melhor", completou.

O nome do professor Carlos Frederico Leão Rocha, do Instituto de Economia, também foi ratificado em primeiro lugar na lista para a vice-reitoria. "Entendo esse resultado como uma expressão de unidade da nossa universidade. Não há consenso em tudo o que falamos ou pregamos, mas na divergência também entendemos a importância da unidade", disse. "A nossa campanha acabou e esperamos contar com todos vocês nos desafios que temos pela frente", acrescentou.

O Colégio – formado pelos integrantes dos colegiados superiores da UFRJ – elaborou as listas tríplices de reitor e vice-reitor encaminhadas ao governo federal. Ao cargo de reitor foram eleitos, na ordem, Denise Pires de Carvalho, com 82 votos; Eduardo Mach (Escola de Química), com seis votos; e Gisele Pires (Faculdade de Medicina), com dois votos. Para vice-reitor, foram eleitos Carlos Frederico Leão Rocha, com 82 votos; Denise Guimarães Freire (Instituto de Química), com seis votos; e Eduardo Raupp de Vargas (Instituto Coppead), com dois votos. A lista seguiu no próprio dia 30 para o Ministério da Educação. Agora, a expectativa é que o governo federal nomeie os próximos dirigentes da universidade até 2 de julho, quando se encerra o mandato da atual gestão.

O colegiado segue a legislação vigente, composto em 70% por professores. A votação foi aberta. Cada conselheiro foi ao microfone votar em seus preferidos. Votaram, em sequência, os integrantes do Conselho de Ensino de Graduação, do Conselho de Ensino para Graduados, do Conselho de Curadores e do Conselho Universitário.

O resultado do Colégio Eleitoral coincidiu com o desejo da comunidade acadêmica que, no início de abril, também indicou Denise Pires e Carlos Frederico Rocha para ocuparem os cargos de reitora e vice-reitor.

Um dos momentos de grande emoção no colegiado foi a votação do professor Oscar Rosa Mattos (Coppe). Integrante do Conselho de Curadores e candidato a reitor derrotado na pesquisa, votou em seus opositores. Ao fazer o anúncio, foi muito aplaudido pelos presentes.

O reitor Roberto Leher foi o último a votar, também nos professores Denise e Fred. "Hoje é um dia muito importante para nossa instituição. O Colégio Eleitoral referenda a autonomia universitária. A universidade poder exercer de forma legal e legítima seu autogoverno é uma condição para que a instituição cumpra o que a sociedade espera de nós", afirmou.

PRIMEIRAS AÇÕES

Em entrevista exclusiva à TV Adufrj, Denise e Fred falaram dos planos para a reitoria. Uma das primeiras tarefas será elaborar o novo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRJ. Outra prioridade é aprovar os regimentos do campus de Macaé e do polo Duque de Caxias. Outro projeto é promover a "reitoria itinerante", com reuniões nos diferentes locais de trabalho. Também está no horizonte da nova reitoria apresentar e aprovar, ainda em 2019, o orçamento da UFRJ para o próximo ano. "Temos um ajuste a fazer, temos dívidas a pagar, mas queremos apresentar alternativas para enfrentar os problemas", afirmou o vice-reitor eleito.

Perfis



REITORA
DENISE PIRES DE CARVALHO
Instituto de Biofísica

Primeira mulher eleita para a reitoria em toda a história da UFRJ, Denise Pires de Carvalho apresenta uma trajetória acadêmica consolidada. Casada e com duas filhas, Denise mora no Jardim Guanabara, na Ilha do Governador. A proximidade com a Cidade Universitária, onde cursou Medicina na década de 80, favorece a qualidade de vida. A residência também deixa a família perto de outra paixão: o samba. São frequentes as visitas à quadra da União da Ilha, embora o coração da reitora eleita seja verde-e-rosa. "O samba da Mangueira deste ano foi história pura!". Mas o gosto musical é eclético. "Fui a todos os Rock in Rio".

A vocação para a liderança vem desde a juventude. "Fora da universidade, sempre fui representante de turma", diz. "Sempre fui politizada". Não à toa, Denise ocupou diversos cargos e funções ao longo da vida acadêmica. Foi Coordenadora de Graduação (1998-1999) e de Pós-graduação (2001-2005), diretora do Instituto de Biofísica de 2010 a 2013, e integrante do Conselho Universitário entre 2012 e 2016. além de representante dos Adjuntos no Conselho do Centro de Ciências da Saúde (1998-2002).

FOTOS: SILVANA SÁ



VICE-REITOR
CARLOS FREDERICO LEÃO ROCHA
Instituto de Economia

O vice-reitor escolhido pela UFRJ é carioca e flamenguista daqueles que gostam de assistir aos jogos no estádio. Aos 54 anos, casado e com três filhos, Carlos Frederico Leão Rocha completará 21 como docente da UFRJ em julho, mesmo mês em que deverá tomar posse no segundo cargo mais importante da universidade.

A relação com a UFRJ é antiga. "Entrei na universidade como aluno em 1983", relembra. Emendou os estudos no mestrado, em 1987. "E em 1991 passei no meu primeiro concurso, para a UFF. Portanto, tenho quase 30 anos de docência na universidade pública", orgulha-se.

Ao longo de sua carreira, assumiu posições de destaque na instituição: foi diretor de graduação, integrante do Conselho de Ensino de Graduação, participou da equipe que elaborou o Plano Diretor UFRJ 2010-2020, foi diretor do Instituto de Economia (2011-2015). "Eu me considero um participante da segunda gestão do Aloisio (Teixeira, ex-reitor da UFRJ até 2011)".

Ao fim de sua gestão no Instituto de Economia, Fred venceu as eleições como 1º vice-presidente da Adufrj, em 2015. Era uma chapa de oposição ao grupo que dirigia a entidade naquele momento. "Foi um divisor de águas. Conheci muito mais profundamente a UFRJ. Ter integrado um grupo que tinha e tem um projeto para a universidade é algo que me dá um profundo orgulho", finalizou.

ELISA MONTEIRO E SILVANA SÁ
comunica@adufrj.org.br

ADA CRUZ

Uma cruzada contra as universidades federais. A postura assumida pelo governo federal é de perseguição ideológica às instituições de ensino. A chegada de Abraham Weintraub ao cargo máximo do MEC acentuou o viés ideológico inaugurado pelo antecessor Ricardo Vélez Rodríguez. Prova disso é o conjunto de medidas tomadas nos últimos dias que ferem a autonomia didático-financeira das universidades federais.

Na sexta (26), o presidente Jair Bolsonaro declarou que o MEC estuda reduzir investimentos nas áreas de humanidades. Vinte e quatro horas depois, o ministro da Educação afirmou que não quer esquerdistas nas reitorias das universidades. Cinco instituições esperam a nomeação de seus dirigentes máximos. A UFRJ entra agora na lista de espera. A situação mais crítica é da Universidade Federal da Grande Dourados, que tem seu processo eleitoral questionado pelo MEC.

A semana começou com mais uma perseguição: o mesmo ministro determinou um corte de 30% das verbas descricionárias das universidades que promoverem o que chamou de "balbúrdia". UFF, UnB e UFBA foram atingidas, segundo Weintraub. O que ele acusa de "balbúrdia" se traduz em indicadores de excelência. A UnB, por exemplo, subiu sete posições nos rankings internacionais. Na noite de terça-feira, o ministro voltou atrás e ampliou a maldade. Disse que o corte de 30% vale para todas as universidades e institutos federais.

O processo de desmonte não é uma exclusividade do alto escalão do governo. O presidente da Capes, Anderson Ribeiro Correia, baixou portaria, também na última segunda-feira, retirando a exigência de produção acadêmica na seleção de professores de mestrados e doutorados à distância. Agora, bastará que o profissional apresente uma "produção intelectual bibliográfica, artística ou técnica".

Na prática, significa que o rigor científico exigido em mestrados e doutorados deixa de ter importância na seleção dos docentes de pós-graduação à distância. A reportagem da AdUFRJ tentou contato com a Capes para esclarecer as razões da nova medida, mas não conseguiu retorno até o fechamento desta edição.

Para o diretor da AdUFRJ, Felipe Rosa, o conjunto de ações do governo federal demonstra desprezo pelo conhecimento e pela pluralidade de pensamento. "Existe sobretudo um desprezo pela educação superior. Os cortes mais drásticos estão justamente no ensino superior, embora atinjam a educação como um todo", afirmou. De acordo com o professor, as medidas e anúncios do governo demonstram que as ações são pautadas por viés puramente ideológico. "Estou apreensivo e pessimista. A própria noção do que é o conhecimento está sob forte ataque neste governo".

1. HUMANIDADES



BOLSONARO AMEAÇA CURSOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA

O presidente Jair Bolsonaro declarou que o Ministério da Educação pode reduzir o financiamento de universidades e cursos de Filosofia e Ciências Sociais. A afirmação foi feita por meio de sua conta no Twitter, no dia 26.

Segundo o presidente, o governo federal deve investir em cursos que tenham "retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina". Bolsonaro ainda escreveu que o dinheiro do contribuinte deve ser usado para ensinar "a leitura, escrita e a fazer conta". "E depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta".

Em protesto às declarações do presidente da República, professores e estudantes realizaram ato na segunda-feira, dia 29, em frente ao Restaurante Universitário central, na Cidade Universitária. "A universidade não pode perder seus cursos de ciências sociais. A UFRJ é uma universidade inteira. Não permitiremos que ela seja reduzida. Filosofia e Sociologia, sim; ele, não!", disse a professora Ligia Bahia, diretora da Adufrj, durante a atividade.

Placas com os dizeres "Eu defendo a Sociologia e a Filosofia" foram distribuídas e rapidamente acolhidas pelo público. "A gente sabe que a Filosofia é a mãe de todas as ciências. Faço Farmácia, mas tive matérias de humanas no início do curso. São disciplinas fundamentais para dar sentido ao que a gente estuda", avaliou a aluna Juliana Felix.

Ao longo do ato público, foram distribuídos materiais do Observatório do Conhecimento, iniciativa que reúne associações docentes de universidades federais de vários estados brasileiros. A AdUFRJ é uma das organizadoras da frente.

Um jogral encerrou o ato pela universidade sem censura. Os jovens afirmaram que a universidade pública "é patrimônio do povo brasileiro e está acima de qualquer governo. A Filosofia e Sociologia não vão sair da universidade".

2. PLURALIDADE



MEC CORTA RECURSOS DE UNIVERSIDADES E CRITICA "BALBÚRDIA"

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, parece ter uma obsessão contra as universidades federais. Em mais um ato destemperado, ele informou o corte de 30% da verba discricionária das universidades que promoverem "balbúrdia". Como exemplos do que seria balbúrdia, ele citou a presença de integrantes do Movimento Sem-Terra nos campi universitários e "gente pelada".

As afirmações foram feitas durante entrevista ao Estadão, no dia 30. Ele confirmou que as universidades de Brasília, Federal da Bahia e Federal Fluminense já sofreram o contingenciamento. Depois da repercussão negativa, o ministro estendeu o corte a todas as universidades e institutos federais.

O bloqueio atinge verbas destinadas ao pagamento de energia elétrica, água, limpeza e bolsas a estudantes. Num primeiro momento, Weintraub alegou que as universidades teriam promovido "bagunça e eventos ridículos". Depois, ao estender os cortes, deu como justificativa um melhor planejamento para as obras nas universidades – apesar de os recursos suspensos não serem de investimentos. A UnB confirmou o bloqueio orçamentário "da ordem de 30%" e afirmou esperar reverter o corte com diálogo junto ao Ministério da Educação.

A notícia causou espanto nas universidades federais. Em nota, o Observatório do Conhecimento, rede formada por associações docentes de 13 universidades federais afirmou que a iniciativa do MEC é uma chantagem contra as instituições públicas de ensino. "A decisão do MEC contraria os mais fundamentais valores democráticos da vida em sociedade e pertence ao repertório de práticas autoritárias de governos repudiados pela história".

O reitor Roberto Leher disse que a universidade não tem informações confirmadas sobre os cortes e preferiu não comentar a medida.

3. AUTONOMIA



MINISTRO DIZ QUE NÃO QUER ESQUERDISTAS NAS REITORIAS

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, não tem demonstrado pressa para nomear novos reitores das universidades federais. De acordo com a coluna de Lauro Jardim, de O Globo, ele não esconde travar os processos e não quer nenhum "esquerdista" no cargo máximo das universidades federais. Cinco reitores aguardam indicação.

A universidade que está na berlinda, no momento, é a Federal da Grande Dourados. Um ofício do MEC enviado à reitoria, em 9 de abril, sugere que houve vinculação irregular do Colégio Eleitoral com a pesquisa paritária feita junto à comunidade. O documento cita a possibilidade de a instituição realizar um novo processo eleitoral.

Em resposta ao MEC, o Colégio Eleitoral endossou um parecer do procurador da universidade, Jezihel Pena Lima, que afirma que não houve problema jurídico ou vícios no processo. O texto foi remetido ao MEC no dia 24 de abril. Até o fechamento desta edição, a pasta não se pronunciou.

O Colégio Eleitoral da UFGD respeita a composição de 70% de docentes.

Ao Jornal da Adufrj, o procurador Jezihel Pena Lima avaliou que o ruído com o MEC foi gerado pelos artigos 28 e 29 do Estatuto da UFGD, que vinculam o Colégio Eleitoral à eleição paritária. Ambos os artigos são mencionados no ofício do governo. "O Ministério tem razão em relação à previsão estatutária dessa vinculação", afirma o procurador. "Mas, na prática, ela não foi aplicada pela UFGD", argumenta.

Para o representante legal da UFGD, o único caminho possível é o diálogo com Ministério. "Aparentemente, eles não observaram nem mesmo que apenas os primeiros colocados para o cargo de reitor e de vice-reitor mantiveram os nomes para avaliação do Colégio Eleitoral".

Por e-mail, o reitor Marcio Barros disse não acreditar que será exigido um novo processo eleitoral na universidade.

CONTRA A UNIVERSIDADE

DIVULGAÇÃO/ANDIFES



FRENTE PARLAMENTAR Deputados, senadores, reitores e ativistas lançam, em Brasília, movimento em defesa das universidades públicas brasileiras

Ciência e Educação ocupam Brasília em defesa das IFES

> Observatório do Conhecimento, Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais e Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento se articulam para barrar ataques do governo

EDUARDO VALDOSKI E JULIA NOIA
comunica@adufrj.org.br

A cruzada do governo contra a educação pública mobilizou os diferentes setores ligados às universidades no Brasil. Sociedades científicas, sindicatos e bancadas parlamentares passaram as últimas três semanas planejando ações para defender os investimentos, a liberdade de cátedra e a autonomia das instituições de ensino.

No próximo dia 8, a SBPC lança a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento. A ideia é ocupar o Câmara e o Senado com a pauta da comunidade acadêmica, por meio de debates e de acompanhamento sistemático dos projetos relacionados à ciência e tecnologia.

Além da SBPC, os sindicatos de professores também lançaram uma rede de monitoramento e mobilização dos temas relacionados ao ensino superior. A inciativa chama-se Observatório do Conhecimento e foi idealizada pela AdUFRJ. Outras 12 associações de docentes já participam do Observatório.

Outro projeto que tenta mobilizar deputados e senadores para defender as universidades é a Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais. Ela foi lançada em Brasília, no último dia 24, com a presença de 75 deputados e 4 senadores. Realizada na Câmara, a solenidade também contou com a participação de reitores e de entidades ligadas à educação, como Associação Nacional de Pós-Graduandos e da União Nacional dos Estudantes (UNE). A Frente é vista com bons olhos por Gustavo Balduíno, secretário executivo da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). "Vai ser uma forma importante de priorizar uma agenda, propondo e analisando medidas do Executivo", informa.

O reitor da UFRJ, Roberto Leher, compareceu à solenidade e reforça a importância do engajamento dos parlamentares diante da grave situação das universidades federais. "Iniciativa muito positiva em uma conjuntura marcada pela adversidade e por grande falta de perspectiva", analisa. Leher também destaca a presença de reitores de grande parte das universidades federais do país, afirmando ser reflexo de um trabalho conjunto entre a Andifes e os reitores no parlamento.

"É nosso dever defendê-las e garantir que as universidades federais possam exercer seu dever na sociedade", explicou Margarida Salomão, deputada federal do PT-MG e coordenadora da Frente.

Ela explica que a Frente possui objetivos bem delimitados. Segundo a deputada, a primeira iniciativa será promover uma intensa campanha de divulgação do trabalho das universidades. Há também a intenção de convocar uma audiência com Ministro da Educação, Abraham Weintraub.

A parlamentar está bastante preocupada com as afirmações do presidente Bolsonaro sobre cortes em cursos de filosofia e sociologia. "Essa proposta mostra desconhecimento assustador sobre os cursos e o papel que desempenham na academia, e mesmo no desenvolvimento econômico de países ricos", diz.

Aduff perde desconto em folha

> Governo descumpre liminar e impede repasse das mensalidades de 2,5 mil associados à entidade

ANA PAULA GRABOIS
anapaula@adufrj.org.br

O governo federal excluiu o desconto em folha da mensalidade da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense, a Aduff. A medida, que descumpre liminar obtida na Justiça, refere-se aos contracheques de abril e impede o repasse dos recursos à entidade em maio. A Aduff tem cerca de 2,5 mil associados, entre professores em atividade e aposentados.

Apesar de o desconto ter aparecido na prévia da folha de abril, a Aduff foi informada no feriado da Sexta-feira Santa que a consignação estava excluída. Na terça-feira (23), os diretores entraram em contato com o Serpro – órgão responsável por processar as folhas de pagamento do setor público federal – que informou apenas executar as orientações do Ministério da Economia. Junto à pasta, a direção da Aduff teve o corte confirmado.

"Não explicaram nada. Apenas disseram que tinham excluído o desconto (de todos os sindicatos) por causa da Medida Provisória 873 e depois tinham voltado a incluir com as liminares concedidas pela Justiça. Não informaram se o processo de inclusão (da Aduff) ainda estava em curso ou se foi um erro", disse o diretor da Aduff Douglas Leite. No dia 24, a seção sindical informou a situação ao juiz da 4ª Vara Federal de Niterói, William Douglas Resinente dos Santos, que concedeu a liminar à Aduff, sobre o descumprimento da decisão.

"Esta atitude por parte do governo não tem outro nome além de perseguição política a uma seção sindical que tem sido extremamente combativa ao longo de seus 40 anos e que, em 2019, vem se posicionando contra todos os ataques às liberdades democráticas e aos direitos da classe trabalhadora", diz trecho de uma nota da Aduff, divulgada na página da entidade. "Nós nos opusemos à criação de uma assessoria militar dentro da UFF, repudiamos a nomeação de reitores que não foram os mais votados nas consultas eleitorais às comunidades acadêmicas, nos solidarizamos com as lutadoras e lutadores perseguidos, estamos em ampla mobilização contra a reforma da Previdência, entre muitas outras ações de resistência".

ENTENDA O CASO

Em 1º de março, o presidente Jair Bolsonaro editou a Medida Provisória 873, que proibiu o desconto em folha de qualquer contribuição sindical no país. A MP obriga os sindicatos a emitir boletos que devem ser enviados a cada um dos seus associados. Logo depois, houve uma avalanche de liminares concedidas às organizações sindicais contra a MP, como fizeram a Aduff e a AdUFRJ.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras oito entidades também entraram com ações de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) e aguardam o julgamento. O relator do caso, o ministro Luiz Fux, já recebeu as explicações da Presidência da República. Agora, aguarda a manifestação da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República sobre a matéria. Logo depois, o caso receberá tratamento de rito abreviado, indo a julgamento definitivo no plenário do Supremo, devido à "grande relevância e especial significado para a ordem social e a segurança jurídica" que a matéria possui, segundo decisão do ministro Fux.

Em seu pedido ao STF, a OAB afirma que o tema tratado não tem relevância ou urgência para autorizar a edição de medida provisória. Também argumenta que a MP, apesar de invocar a autonomia e a liberdade sindical como fundamentos, ao contrário, se choca com estes preceitos, ao impor obstáculos que vão inviabilizar o funcionamento de muitas entidades sindicais.

Eleição no hospital: Côrtes retira candidatura a diretor

>Ex-diretor abriu mão da disputa cinco dias antes da eleição. Professor Marcos Freire, chefe da Divisão Médica, será candidato único. Votação ocorre entre 6 e 8 de maio em urnas no hall dos elevadores

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

ALESSANDRO COSTA



ÚLTIMO DEBATE Auditório Alice Rosa, no 12º andar do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho ,ficou lotado de técnicos-administrativos

O professor Eduardo Côrtes retirou sua candidatura à direção do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. A decisão ocorreu na manhã de quinta-feira, 2, e surpreendeu a comissão eleitoral. Ele alegou motivos de saúde para se afastar da disputa. A eleição será de 6 a 8 de maio, agora com uma chapa única, liderada pelo professor e médico Marcos Freire, chefe da Divisão Médica do hospital.

Eduardo Côrtes dirigiu o HU entre 2013 e 2017, quando foi exonerado pelo reitor Roberto Leher por divergências no pagamentos dos extraquadros. Desde então, o hospital Clementino Fraga está sob intervenção.

A retirada da candidatura ocorreu depois de Côrtes participar de vários debates sobre a sucessão. No último encontro, dia 24, Freire e Côrtes trocaram graves acusações. Freire afirmou que Côrtes geriu mal a unidade por ter devolvido cerca de R$ 32 milhões à reitoria. Também afirmou que Côrtes responde a cinco processos administrativo-disciplinares (PADs). Em sua defesa, Côrtes respondeu que eram informações falsas. "Fake news", disparou o candidato. "Prove o que está dizendo". O chefe da Divisão Médica não apresentou documento ao público.

Côrtes, por sua vez, disse que a atual direção do hospital, da qual Freire faz parte, recebeu proporcionalmente muito mais verba que a sua, que teve três anos de mandato. O adversário rebateu: "O relatório de gestão da intervenção demonstra que, em 2017, o hospital recebeu mais recursos que em 2018. Você mente".

Uma das preocupações dos técnicos era com a implantação de ponto eletrônico no hospital. Marcos Freire afirmou que "brigará até o fim para evitar" a forma de controle. "O que deve haver são metas. Ponto eletrônico não aumentou produtividade em nenhum lugar do país", criticou.

O ex-diretor também fez críticas à atual reitoria da UFRJ. Afirmou que sua gestão acabou penalizada porque foi obrigada a pagar os salários dos extraquadros nos três últimos meses de cada ano. "Isto gerou uma sangria de recursos. Eu não briguei com o reitor, apenas me recusei a usar dinheiro do SUS para pagar salários".

Marcos Freire, por sua vez, afirmou que o diretor interventor – Leôncio Feitosa – encontrou o hospital desorganizado e sem gestão. "Tivemos que doar remédios e insumos porque iam estragar. Outros itens estavam em falta, insumos básicos. Hoje nós temos um almoxarifado abastecido e que funciona".

A campanha eleitoral no Clementino Fraga Filho foi até o dia 30. As eleições acontecem entre 6 e 8 de maio. As urnas ficarão no hall dos elevadores, no subsolo. Tradicionalmente nas eleições do hospital, o voto dos professores tem peso de 70%. Técnicos e estudantes têm 15%, cada.

Tiro acerta laboratório da Física no quarto andar do CT

JULIA NOIA
julia@adufrj.org.br

Professores, alunos e técnicos do Instituto de Física levaram um susto ao retornarem às atividades acadêmicas após o feriado de São Jorge. Uma bala havia perfurado a janela do Laboratório de Informática da Graduação (LIG) da unidade, no quarto andar do bloco A do Centro de Tecnologia. O projétil foi encontrado alojado em uma parede lateral, perto de uma das mesas de computadores. Como a sala estava fechada e vazia, ninguém se feriu.

Sandra Amato, professora do instituto e coordenadora do LIG, contou que o corpo docente ficou bastante preocupado com o episódio, que não foi isolado. Em 2018, mais de uma sala de aula sofreu com balas perdidas. Em fevereiro deste ano, durante as férias, outra sala do LIG também foi atingida. No caso, a bala perfurou uma janela, uma cadeira e um suporte de mesa de computador. "A maior preocupação é que ninguém seja ferido", reforça Sandra. "Nós vivemos com medo em todo lugar. A UFRJ só é mais um deles", lamenta Sandra. Luís Vitor Antunes, monitor do LIG, disse que, ao saberem dos tiros, os colegas ficaram muito assustados: "Aqui, temos a sensação de estarmos isolados, mas não estamos", ressaltou.

De acordo com a coordenadora do LIG, a diretoria do Instituto de Física prestou queixa à Divisão de Segurança (Diseg) e registrou as duas ocorrências deste ano na Polícia Federal. Mas nenhuma providência foi tomada. Sandra pensa em instalar chapas de aço nas janelas: "A única coisa que podemos fazer é tentar nos proteger tampando as janelas". De acordo com a professora, a diretoria avalia se há verba suficiente para a obra. Existe, ainda, informa Sandra, a possibilidade de uma parceria com a decania do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) – ao qual o Instituto de Física é vinculado. A decana Cássia Turci estuda fazer a mesma obra nas janelas do Instituto de Química, no sétimo andar do bloco A do CT, também vítima de diversas balas perdidas.

Na reunião do Consuni do dia 25, o reitor Roberto Leher sugeriu a possibilidade de mudar o local do laboratório. Segundo a coordenadora do LIG, não há espaço sobrando no instituto para uma realocação.

KELVIN MELO



TRANSTORNO NO CAMPUS

■ Os fortes ventos, que acompanharam a chegada de uma frente fria ao Rio na noite deste domingo (28), derrubaram árvores e galhos sobre trechos da rede elétrica da Cidade Universitária. Segundo informações da Prefeitura Universitária, faltou luz em vias públicas e no prédio do CT-2. A avenida Athos da Silveira Ramos, entre o CT e o CCMN, foi interditada para remoção de uma árvore pelas equipes de Meio Ambiente, de Infraestrutura Urbana, Trânsito e de Segurança da Prefeitura.



40 anos em nome dos professores e da democracia

"Nosso campo de luta é a disputa de ideias nas ruas e nas salas de aula. Que esse aniversário nos fortaleça em nossa unidade e em nossa diversidade", disse a presidente da AdUFRJ, Maria Lúcia Werneck Vianna

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

FOTOS: JOÃO LAET





Durante duas horas, o Salão Pedro Calmon, na Praia Vermelha, transformou-se no palco do encontro entre os professores da UFRJ com sua história de resistência. Era a comemoração dos 40 anos da AdUFRJ, na última sexta-feira, 26 de abril.

Para celebrar o passado, houve muitos aplausos, sorrisos e saudade de quem já não está entre nós. Em respeito à trajetória de todos que ajudam e ajudaram a construir a entidade sindical, a solenidade também foi espaço de diversos chamados à ação e à reflexão em um presente tão desafiador ao futuro da universidade pública no país.

"A situação hoje se assemelha muito ao que vivemos no passado. Temos um enorme passado pela frente. É preciso rediscutir os avanços e retrocessos do nosso país. Os cabelos já estão brancos, mas a disposição continua aqui, viva", afirmou o professor Alexandre Pinto Cardoso, ex-diretor do Hospital Universitário e ex-reitor da UFRJ.

Emocionado, Cardoso lembrou o contexto político na época da fundação da AdUFRJ. "Fomos construindo e reconstruindo os espaços democráticos na universidade. Tivemos forte participação em momentos muito difíceis da ditadura", disse um dos fundadores da AdUFRJ. Foi ele quem assinou a ata de criação da associação, em 1979.

A presidente da AdUFRJ, Maria Lúcia Werneck Vianna, refletiu sobre a comemoração da data. "São tempos bicudos, tempos de obscurantismo. Aparentemente, nada a comemorar", disse. "Mas a memória é um símbolo disputado e por isso mesmo, por vezes falsificada. A nossa história começou há 40 anos e estamos aqui para comemorar, sim, e celebrar essa memória que queremos tanto resguardar", pontuou.

Dentre as preocupações atuais, Maria Lúcia destacou a importância de defender a "precisão histórica e a natureza do saber formal" para combater a lógica das *fake news*, que tem ganho espaço na sociedade.

Outro desafio é o da ação coletiva. "Há um crescimento da postura individualista, o que dificulta a atuação de sindicatos e associações", completou.

Ela finalizou celebrando a união e a pluralidade na universidade. "Nosso campo de luta é a disputa de ideias nas ruas e nas salas de aula. Que esse aniversário nos fortaleça em nossa unidade e em nossa diversidade."

A vice-reitora Denise Nascimento prestigiou a solenidade e lembrou conquistas da AdUFRJ. "Se fizermos uma retrospectiva, muito do nosso trabalho é fruto do trabalho da seção sindical: PUCRCE (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos), Dedicação Exclusiva, Carreira, autonomia universitária, liberdade de cátedra. No consenso e no dissenso, a AdUFRJ contribuiu para que a UFRJ se tornasse uma universidade de excelência", disse a vice-reitora.

Denise Nascimento recebeu uma homenagem destinada ao reitor Roberto Leher, que presidiu a AdUFRJ de 1997 a 1999. Ele não compareceu em função de um compromisso acadêmico, em uma banca de doutorado.

Assim como Leher, todos os ex-presidentes ganharam placas comemorativas. Joel Teodósio foi representado por sua família. A filha Maria Domitila Teodósio recebeu a placa *in memoriam*.

Outro homenageado da noite foi o funcionário mais antigo da AdUFRJ em atividade. Belini Viana, com 37 anos de casa, foi aplaudido de pé por todos os presentes, ao receber também uma placa: "Realmente não esperava. É muito gratificante receber o carinho de tantos rostos conhecidos", disse, após a cerimônia.



HOMENAGENS Henrique Longo, presidente da AdUFRJ entre 1993 e 1995, recebe placa comemorativa da presidente Maria Lúcia Werneck. Familiares recebem a placa de Joel Teodósio (presidente de 1983-1985), in memoriam. Professores comentam edição comemorativa. O atual diretor Fernando Duda e o ex-presidente da AdUFRJ Ericksson Rocha (entre 1981 e 1983) acompanham a solenidade. Belini Viana, funcionário mais antigo da AdUFRJ, também foi homenageado





REDAÇÃO: COORDENAÇÃO ANA BEATRIZ MAGNO /// **EDIÇÃO** ANA PAULA GRABOIS, KELVIN MELO E SILVANA SÁ /// **REPORTAGEM** ELISA MONTEIRO E SILVANA SÁ ///
DESIGN ANDRÉ HIPPERTT /// **FOTOS** FERNANDO SOUZA // **ESTAGIÁRIAS** GIULIA VENTURA E JULIA NOIA /// **TI** EDUARDO VALDOSKI /// **DIRETOR RESPONSÁVEL PELA COMUNICAÇÃO** FELIPE ROSA